

## Servidores avaliam que só mobilização fará revisão salarial avançar

Estado de greve e jornada de protestos são aprovados após STF adiar envio de projeto por pressão de juízes

‘Estado de Greve’, protestos nos estados e paralisação de 48 horas nos dias 11 e 12 de novembro. Estas são algumas das decisões tomadas pelos servidores que representavam 24 sindicatos na reunião ampliada da federação nacional (Fenajufe), no dia 17 de outubro, em Brasília, com o objetivo de forçar o envio do projeto de lei da revisão salarial ao Congresso Nacional.

Na reunião realizada logo após o STF adiar, por pressão de associações de magistrados, a sessão administrativa que deveria dar sinal verde para o envio da proposta, os servidores chegaram de forma consensual ao calendário de atividades da campanha. Prevaleceu a ideia de que sem mobilização não haverá revisão salarial.

Rodada de assembleias nos estados deve preparar as manifestações: atos com possíveis paralisações no dia 28 de outubro; paralisação de 48 horas nos dias 11 e 12 de novembro. No dia 12, assembleias estaduais decidem sobre a entrada ou não em greve por tempo indeterminado.

“Com a pressão conseguimos melhorar o projeto, [agora] apareceu esse retrocesso, a batalha nos tribunais vai ter que ser aprofundada”, disse Paulo Falcão, diretor da federação e um dos coordenadores do movimento Luta Fenajufe, referindo-se aos avanços obtidos com as mudanças aprovadas pelos presidentes dos tribunais no projeto, após mobilização da categoria.

Também diretor da federação, Paulo Rios criticou a atitude do pre-



*Servidores do Judiciário e MPU em frente ao STF, no dia da reunião dos presidentes dos tribunais que acatou parte das reivindicações da categoria*

sidente do STF, Gilmar Mendes, de ceder à pressão dos magistrados e defendeu a unidade dos servidores para superar mais esse obstáculo. “Assim o movimento vai crescer”, disse.

Há há pressão nisso, já que o fim do ano e o recesso se aproximam. “Precisamos virar o jogo com relação às associações de juízes e a essa posição de não ter prazo para resolver o projeto. O prazo era dia 7, foi dado pelo Gilmar Mendes, e agora não tem prazo”, disse Ana Luiza Figueiredo, diretora do Sintrajud (SP) e da coordenação do Luta Fenajufe, ao defender a construção imediata da mobilização e a preparação da greve para cobrar o envio do projeto, sem perda de direitos, ao Congresso Nacional.

### Calendário terá atos e paralisações em 28 de outubro e nos dias 11 e 12 de novembro

- Rodada de assembleias – até 28/outubro;
- Dia Nacional de Luta com paralisações – 28/outubro;
- Paralisação de 48h dias 11 e 12/novembro;
- Assembleia para avaliar greve – 12 de novembro;
- Reunião nacional ampliada deliberativa – 14/novembro.

## ENVIO DA REVISÃO SALARIAL É ADIADO

# Interferência de associações de juízes segura projeto e gera indignação

Servidores aprovam nota de repúdio ao movimento das associações nacionais de magistrados e procuradores contra revisão salarial da categoria

A sessão administrativa do STF que deveria ter batido o martelo na proposta de revisão salarial dos servidores do Judiciário Federal não aconteceu por pressão de associações de magistrados e procuradores.

No mesmo dia em que suspendeu a sessão que aprovaria a versão final do anteprojeto a ser enviado ao Congresso Nacional, o ministro Gilmar Mendes recebeu representantes da Ajufe (juízes da Justiça Federal), Anamatra (juízes da Justiça do Trabalho) e outras associações, que pediram ao presidente do Supremo Tribunal Federal para segurar o projeto dos servidores.

Dois dias antes, as associações protocolaram um ofício no STF no qual criticam a proposta e defendem que a decisão sobre ela seja adiada. “A matéria demanda um debate democrático, com a participação de todos os atores políticos e sociais envolvidos, inclusive dos órgãos constitucionais de planejamento, antes do envio da matéria ao exame do Congresso Nacional”, diz trecho final do documento.

O trabalho das associações de magistrados para inviabilizar o envio do anteprojeto ao Congresso Nacional foi duramente criticado pelos servidores presentes à reunião ampliada da federação nacional (Fenajufe), ocorrida no dia 17, em Brasília. “A Fenajufe tem que dar uma resposta forte, clara, objetiva com relação a isso, é inaceitável”, criticou Fagner Azeredo, servidor do Rio Grande do Sul. “De um lado eles estão [juntos] pedindo apoio à manutenção do recesso, do outro nos esfaqueiam pelas costas”, disse.

Os representantes dos 24 sindicatos presentes à ampliada da Fenajufe aprovaram, além do calendário de mobilização, uma nota de repúdio à atitude das associações dos magistrados e procuradores.



*O diretor da Fenajufe Saulo Arcangeli na ampliada: ‘melhoramos o projeto, agora vamos forçar o envio ao Congresso’*

### Associações de juízes estariam de olho em orçamento

A movimentação dos magistrados contra os servidores estaria relacionada a uma insatisfação com o valor do aumento já aprovado dos subsídios deles. Na conversa com Gilmar Mendes no dia em que a sessão administrativa foi adiada, os presidentes da Ajufe (Associação Nacional dos Juízes Federais), Fernando Mattos, e da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho), Luciano Athayde, teriam dito ao presidente do STF que não davam a discussão sobre os subsídios por encerrada.

No ofício protocolado no Supremo, assinado por quatro associações de magistrados e outras quatro de procuradores, o argumento central é que, com a nova tabela, muitos servidores passariam a receber mais do que juízes

se somadas as funções comissionadas e vantagens pessoais. A alegação foi contestada pelos servidores: isso só poderia ocorrer com poucos e que recebiam funções altas, os CJ’s.

Para os dirigentes sindicais, os juízes estariam de olho no orçamento que será direcionado ao projeto dos servidores.

A direção da Fenajufe informou que o diretor geral do STF, Alcides Diniz da Silva, confirmou que o problema existe e que a ação dos juízes paralisou o projeto. Disse que seria feito um levantamento das FC’s e CJ’s para estudar uma solução para o caso. No entanto, não deu prazo para isso. É provável, inclusive, que a nova versão do anteprojeto tenha que passar por mais uma reunião de presidentes dos tribunais.

A atuação delas foi considerada uma interferência indevida na luta do funcionalismo pela revisão dos salários. “Temos que colocar para eles que

eles dependem de nós, e que isso é um absurdo”, disse Antônio Medina, que integra a coordenação geral do Sindjuf, no Mato Grosso do Sul.



# Luta pelas 6 horas une servidores federais e estaduais da Justiça

Campanha contra resolução do CNJ que tenta impor as 8h e defesa da revisão salarial sem perda de direitos são partes de uma mesma luta

A campanha contra a resolução 88 do Conselho Nacional de Justiça, que fixa a jornada de trabalho em 8 horas, e a defesa de uma revisão salarial sem perda de direitos têm muito em comum. Integram uma mesma luta, na qual os servidores enfrentam a tentativa das administrações dos tribunais de aumentar, a qualquer custo, a produtividade e a exploração. O aumento da jornada equivale, na prática, à redução salarial.

Na última reunião ampliada da categoria, a campanha pelas 6 horas diárias, sem redução de salário, e contra a resolução 88 foi destacada como prioridade. Relatos de representantes de alguns estados revelaram que a resolução preocupa muito os servidores em boa parte dos tribunais.

É o caso da Justiça Eleitoral do Mato Grosso, onde a categoria recém-conquistou o direito às 30h semanais, adotadas em setembro. “A luta pela jornada tem que ser uma tarefa diária”, defendeu, na reunião da Fenajufe, Pedro Aparecido, diretor do sindicato naquele estado (Sindijufe-MT).

### Trabalho intenso e jornada maior atacam saúde

O servidor Cleber Aguiar, diretor do sindicato de São Paulo (Sintrajud), foi um dos que ressaltou a importância da campanha pela jornada associan-



do-a à saúde do trabalhador. “As 6 horas podem reduzir os casos de adoecimento no trabalho, é fundamental construir essa batalha pelas 6 horas”, disse.

Representantes do sindicato do Rio Grande do Sul lembraram que, em 1998, a Justiça do Trabalho aumentou a jornada de trabalho naquele estado para 8 horas diárias com resultados pífios em termos de aumento da produtividade. O sindicato possui um estudo que mostra que, ao contrário de aumento na produção, o que cresceu foram os números de casos de adoecimento no trabalho.

Dentre as resoluções da reunião ampliada com relação ao tema, está a orientação para que a assessoria jurídica da federação estude possíveis contestações legais da resolução do CNJ. Também se decidiu por unir forças com os servidores das justiças estaduais nessa luta, que já teve manifestações conjuntas em vários estados e em Brasília no dia 21 de outubro.

### Resolução 53: defender que seja aplicada como patamar mínimo

Os critérios de estruturação da Justiça do Trabalho estabelecidos na Resolução 53, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, precisam ser observados como parâmetros mínimos a serem adotados, de modo a não prejudicar servidores e regionais onde a situação seja melhor do que as ali previstas. É em defesa desse entendimento que os servidores que participaram da reunião ampliada da Fenajufe, no dia 17 de outubro, decidiram lutar com relação à polêmica resolução do CSJT.

Os servidores avaliam que a uniformização pretendida pelo Conselho para as funções comissionadas e outros aspectos do funcionamento das regionais não deve ocorrer prejudicando setores da Justiça do Trabalho.

O conteúdo da resolução voltará a ser apreciado na próxima sessão do CSJT, prevista para o final de outubro. A reunião ampliada aprovou campanha de e-mails para os conselheiros e que a Fenajufe leve as reivindicações dos trabalhadores ao Conselho.

### Participe do movimento Luta Fenajufe

O movimento Luta Fenajufe reúne servidores e sindicatos do Judiciário Federal e do MPU de diversos estados do país. Tem por principal objetivo lutar pelo fortalecimento da federação nacional da categoria, a Fenajufe, através do resgate da sua tradição de luta e atuação de forma

independente de governos, administrações e partidos.

Nasceu da constatação de que os setores majoritários que dirigem a federação, ligados ao governo Lula, já não agem assim. Para entrar em contato e participar, envie mensagem por email para [lutafenajufe@terra.com.br](mailto:lutafenajufe@terra.com.br).

# Mudanças aceitas por tribunais confirmam que era possível melhorar o projeto

Sindicatos e movimento Luta Fenajufe levaram a Brasília reivindicações dos servidores de que projeto fosse enviado ao Congresso com alterações

Em meio a manifestações da categoria em diversos estados do país, os presidentes dos tribunais superiores alteraram pontos relevantes do anteprojeto de lei da revisão salarial. As mudanças aprovadas na reunião ocorrida no STF, no dia 7 de outubro, foram recebidas como avanços pelos servidores. Também demonstraram que era possível melhorar o projeto ainda no Judiciário, como defendiam sindicatos e servidores que integram o movimento Luta Fenajufe.

A relutância do setor majoritário da direção da Fenajufe em encaminhar o que fora decidido na última reunião ampliada deliberativa, ocorrida em agosto, fez com que, na semana anterior à reunião dos presidentes, dirigentes de sindicatos que integram o movimento Luta Fenajufe fossem a Brasília levar aos tribunais as propostas dos servidores para o projeto.

O verdadeiro ‘mutirão’ de visitas esteve com diretores gerais, secretários, presidentes e ministros do STF, STJ, TST, TSE, STM, CJF e CSJT. Vários deles se comprometeram em levar as reivindicações dos servidores para a reunião com os presidentes.

### Pressionar pelo envio ao Congresso

As principais mudanças foram a retirada do projeto do “prêmio” anual por produtividade e o deslocamento dos valores destinados ao que seria a nova Gratificação de Gestão de Processos de Trabalho (GPT) para a GAJ, que passa a 135% do vencimento básico.

Isso beneficia não apenas os aposentados e agentes de segurança, que estavam sendo discriminados, mas toda a categoria, ao afastar a ameaça de introdução no Judiciário de gratificações variáveis e sujeitas a avaliações subjetivas de desempenho. “A gente mostrou que tinha como alterar a pro-



*Dirigentes sindicais com o secretário executivo do CSJT, Adlei Cristian, na semana que antecedeu a reunião dos presidentes*

posta”, afirmou Saulo Arcangeli, diretor da federação, na reunião ampliada. Ele criticou a direção majoritária da Fenajufe por aceitar de pronto a proposta dos diretores gerais, sem defender o ponto de vista dos servidores.

Opinião corroborada por Pedro Aparecido, também dirigente da federação e da coordenação do Luta Fenajufe: “Avançamos muito e fica essa lição: não podemos ficar de qua-

tro, entregar a rapadura antes do ponto. A categoria provou que pode avançar”, disse. “Agora, temos que fazer [o STF] enviar ao Congresso e lá tentar avançar ainda mais”, defendeu.

Entre os pontos não contemplados, estão a valorização de vencimento básico, o fim do item que ainda dá margem a discriminações contra os aposentados e a redução da distância salarial entre analistas e técnicos.

### Servidores aprovam ‘comando de negociação’

As negociações com o STF e os tribunais superiores em torno da revisão salarial ficarão nas mãos de uma comissão formada pelos diretores da federação nacional (Fenajufe). A decisão, tomada na reunião ampliada do dia 17, foi parte do acordo que permitiu a aprovação de resoluções de forma consensual naquele fórum.

“Nós queremos participar das ne-

gociações, como participamos da luta”, disse Ana Luiza Figueiredo, diretora do sindicato de São Paulo (Sintrajud), ao reafirmar que Policarpo e Ramiro, dirigentes da federação que até agora centralizavam as negociações, não representavam mais um setor da categoria, identificado com o movimento Luta Fenajufe.